

CULTURA LETRADA, LITERATURA E LEITURA

Resenhado por Cíntia Follmann

ABREU, Márcia. *Cultura Letrada, literatura e leitura*. Editora UNESP, 2004.

Márcia Abreu em seu livro “*Cultura Letrada literatura e leitura*” defende a idéia de que “se abra mão da tarefa de julgar e hierarquizar o conjunto dos textos empregando um único critério e se passe a compreender cada obra dentro do sistema de valores em que foi criada”. A literatura é um produto sócio-cultural de uma sociedade e, portanto, ao se julgar o critério da literariedade de um texto, deve-se levar esse fato em consideração.

Iniciando o livro, Abreu tece considerações sobre a criação de listas dos melhores autores/obras literárias. Usando exemplos de listas publicadas por diversos meios, demonstra como os critérios de classificação são subjetivos e variam de pessoa a pessoa. Ou seja, como o critério de literariedade é subjetivo e influenciado em grande parte pelas preferências pessoais dos intelectuais de renome, normalmente convidados para criar essas relações. Assim sendo, “as listas refletem, portanto, a média dos gostos particulares de algumas pessoas e não um padrão estético universalmente aceito” salienta a autora. O que nos leva a refletir sobre a seleção de obras consideradas canônicas pela crítica: será que são canônicas pelas características literárias elevadas presentes ou porque são obras que adquiriram prestígio e cativaram o gosto de pessoas influentes? Pois muitas das obras consideradas clássicos que deveríamos ler são de difícil compreensão, sem falar na falta de edições em circulação ou até mesmo de boas traduções para o nosso idioma.

O peso da aparência cultural ainda é muito forte em nossa sociedade, somos “treinados” pela escola e pela sociedade a dar respostas socialmente aceitáveis, como quais livros são bons e que os *Best Sellers* são inferiores. Ainda está embutida a idéia de que devemos aprender a ler a grande literatura, em vez de

formar leitores capazes de ler os diversos tipos de textos e de a partir desta múltipla leitura, criar sua lista de clássicos.

Um dado salientado por Abreu e que muitas vezes ignoramos é o fato de que a literariedade não está apenas no texto, não é apenas um dado interno a obra, mas está presente também na maneira como um texto é lido, no contexto em que é lido, sem falar em dados como quem é o autor e qual a época em que foi criada a obra, que também interferem diretamente sobre o valor literário de um texto. Essa é uma das razões pelas quais é tão difícil definir o que é literatura. Outra dificuldade fica a cargo do critério de qualidade estética do texto, pois, sendo um julgamento de valor e, portanto subjetivo, não é consenso entre as diversas correntes críticas. “A questão do valor, que tem pouco a ver com os textos e muito a ver com posições políticas e sociais” complementa a autora. E é nesse contexto que agem as chamadas instâncias de legitimação que, segundo Abreu, possuem o prestígio e a influência social para validar críticas sobre a qualidade da produção cultural da sociedade na qual estão inseridas. A literatura como um fenômeno cultural e histórico está à mercê de diferentes definições da literariedade conforme a época em que é avaliada e, portanto, deveríamos olhar de forma mais crítica para as obras ditas canônicas e para as justificativas que são apresentadas pela crítica para a escolha das obras.

No capítulo dois, a autora faz interessantes considerações sobre o peso que o nome do autor possui na atribuição do grau de literariedade de uma obra. Ela utiliza como exemplo uma brincadeira feita pela Folha de São Paulo que pegou um livro de Machado de Assis pouco conhecido e o enviou a várias editoras como sendo obra de um autor desconhecido. Nenhuma delas se interessou em publicar o texto, mesmo algumas admitindo as qualidades estéticas da obra. O que Abreu não menciona e que é relevante mencionar, diz respeito, especificamente, ao contexto de produção e sua época, pois para os valores estéticos e culturais da nossa sociedade, o texto de Machado pode ser considerado arcaico e menos desinteressante, pois a sociedade de Machado e a nossa são bastante distintas e sua forma de crítica à sociedade não é mais utilizada. Analisada em seu contexto, a obra machadiana possui seus valores estéticos e valores literários, o que não quer dizer que, por estar entre os clássicos, os valores permanecem, muito pelo contrario,

os valores literários pelos quais sua obra é avaliada hoje são outros e uma das coisas que faz com que uma obra seja considerada clássica é, apesar da distância cultural e temporal da sua produção, apresentar elementos valorizados na posterioridade. Abreu aborda este aspecto em várias passagens, mas neste capítulo, especificamente, ela não o relaciona explicitamente.

Saber o nome do autor altera nossa maneira de ler e avaliar um texto. Dependendo do prestígio do autor, somos instigados a fazer mais concessões e a aceitar mais desvios, como explicita Abreu:

“quando empregados por um autor culto, os termos regionais, os desvios gramaticais, as impropriedades, a mistura de pronomes passam de defeitos a virtude. O popular só costuma ater espaço nas aulas de literatura, quando filtrado por um autor erudito; só costuma ter espaço como estilização culta”.¹

Assim, por estar mais próxima das classes menos cultas, a cultura popular é renegada nas escolas e por grande parte da crítica, que a considera inferior e, conseqüentemente com valor literário menor. É necessário que algum autor de renome se aproprie desse conteúdo cultural para que ele adentre de alguma maneira no meio escolar, o que é muito empobrecedor. Os diversos tipos de literatura e de cultura deveriam estar presentes na sala de aula, pois a comparação sem que ela gere *atribuição de grau de importância e de valor*, engrandece o pensamento crítico e enriquece o conhecimento. A idéia de que a “Grande Literatura é um bem comum ao ser humano, que deve ser lido por todos e da mesma maneira” foi enraizada com a introdução da literatura como disciplina nas escolas, e com isso deixou-se de lado o fato importantíssimo de que a literatura é mais que um bem comum, é um fruto sócio-histórico-cultural. Mas infelizmente essa idéia permanece até hoje na base do ensino de literatura.

No terceiro capítulo Abreu sutilmente faz uma crítica aos críticos literários ao comparar o senso do que é a literariedade para os folhetos de cordel com os estabelecidos canonicamente pela crítica. Ela utiliza os critérios que fazem um folheto ser considerado bom e os utiliza para avaliar algumas obras clássicas e o resultado é bastante interessante, para os poetas dos folhetins, os clássicos analisados não possuem as qualidades necessárias para serem considerados boas obras, ou obras primas. A crítica da autora está justamente no fato de que o que a

¹ ABREU, Márcia. Cultura Letrada, literatura e leitura. Editora UNESP, 2004. Pág. 57

crítica geralmente faz é estabelecer juízos de valor acerca de um pequeno conjunto de obras e utilizá-los para avaliar o restante da produção literária, sem considerar elementos como contexto de produção, público alvo, gênero ou sociedade em que a obra se insere. Seguindo o raciocínio da autora, não podemos avaliar uma obra africana baseados nos juízos de valor da nossa sociedade. Se “a apreciação estética não é universal: ela depende da inserção cultural dos sujeitos. Uma mesma obra é lida, avaliada e investida de significações variadas por diferentes grupos culturais”, então por que utilizamos o nosso valor estético para avaliar toda e qualquer produção cultural?

Usar o gênero dos folhetins como contraponto para a os juízos de valor canônicos da nossa sociedade, foi uma sacada de mestre da autora. Pois ela conseguiu, dessa forma, ao inserir escritores de renome nesse meio, apresentar sua estrutura e funcionamento. Demonstrando assim, quais os critérios relevantes e necessários para qualificar um bom folheto, e quais as qualidades que o escritor precisa para poder se adequar a gênero e ao público, este que é muito exigente. Assim, através deste diálogo entre as duas críticas, a do folhetim e a canônica, temos acesso a elementos que são desprezados e excluídos dos debates escolares e acadêmicos.

No quarto capítulo Abreu apresenta uma interessante discussão acerca da idéia de que através da Grande Literatura é possível a reflexão sobre a realidade permitindo que o leitor veja melhor o mundo em que vive e incorpore as experiências vividas na leitura às suas experiências pessoais. A autora traz a pauta o relato de diversos leitores que revelaram que alcançaram o mesmo efeito humanizador e de esclarecimento através leitura de Best Sellers e de obras recusadas pela crítica formal como Paulo Coelho, que se julgou por muito tempo, apenas possível através da Grande Literatura. José Paulo Paes, também partidário da idéia de que não só a Grande Literatura exerce efeito positivo na vida do leitor, afirma

“É em relação a esse nível superior (literatura erudita) aliás que uma literatura média (Best Sellers) de entretenimento, estimuladora do gosto e do hábito da leitura, adquire o sentido de degrau de acesso a um patamar mais alto onde o entretenimento não se esgota em si, mas traz consigo um alargamento da percepção e um aprofundamento da compreensão das coisas do mundo”²

² PAES, José Paulo. A aventura literária, ensaios sobre ficção e ficções. Companhia das letras. Pág. 28.

Se as leituras de entretenimento, na visão de Paes, possuem esse caráter aliciador, por que é tão temida e rechaçada pela crítica? Somos culturalmente coagidos a negar que lemos outras literaturas que não a Grande, sob pena de sermos vistos como menos cultos e, portanto, inferiores. As classes sociais criam mecanismos para assegurar sua posição e se distanciar das outras classes dentro de uma sociedade. Renegar leituras comuns á maior parte da população não pode ser uma forma utilizada pelos homens das letras para reafirmar a classe que formam e diferenciá-las das demais?

Outro dado trazido pela autora é o fato de que os generais nazistas responsáveis pelos campos de concentração liam, nas horas vagas, obras integrantes do Cânone Universal. O que nos leva a refletir sobre o poder “humanizador” da Grande Literatura, e se esse efeito é inerente exclusivamente à obra ou é proveniente da leitura que é feita pelo leitor, e da cultura na qual ele está inserido. Se a hipótese de que é a leitura e a compreensão do leitor que fazem da literatura humanizadora, então a suposição de que isso só é possível através da Grande Literatura é falsa. Pois o efeito da leitura, por si só, não é o suficiente para considerar um texto literário ou não.

Ítalo Calvino no livro “Por que ler os clássicos” afirma que

“(as leituras da juventude) podem ser formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido”³

Apesar de Calvino tratar especificamente dos clássicos, unindo sua colocação à idéia de Abreu, de que qualquer leitura pode acrescer conhecimento e humanizar o leitor, temos um novo dado relevante: a idade e a época em que o leitor interage com a obra. Bem como a necessidade de uma segunda leitura, posterior das leituras da juventude, ou mesmo da idade adulta. Não somos estimulados a reler as obras, pois a preocupação maior na nossa sociedade é ler a maior quantidade de livros presentes no cânone, e não fazer uma leitura com qualidade.

³ CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. Companhia das letras. Pág. 10

Finalizando o capítulo a autora traz o exemplo de um filme, baseado no livro de Stephen King, “Misery”, que apresenta a visão canônica sobre os Best Sellers: que seu público leitor é formado por pessoas que buscam nesse tipo de livro a fuga da realidade, e portanto a leitura desse gênero é tida como alienadora. A reflexão, no entanto é feita pela autora, ao colocar lado a lado a moral do filme com o seu gênero. Pois ele é construído nos moldes dos filmes de suspense, ou seja, apresenta todos os elementos que o público alvo espera encontrar nesse gênero de filme. Autora explicita o uso de um gênero de filme que pode ser considerado de “massa”, para criticar a literatura de “massa”. Até que ponto podemos “acreditar” na visão apresentada pelo livro e pelo filme? Será que não é justamente uma crítica à concepção que a sociedade culta impõe como culturalmente correta dos gêneros considerados de massa?

No quinto capítulo, Abreu continua a reflexão, apresentando duas críticas distintas sobre a obra de Jorge Amado, ambas de professores especialistas em literatura e que atuam na mesma instituição de ensino superior, ou seja, em tese, deveriam apresentar uma crítica pelo menos um pouco semelhante, o que não ocorre. Para um a morte do escritor é “a maior perda possível para a cultura brasileira”, enquanto que para o outro, o escritor possuía recursos limitados, apesar do grande apelo popular. Como decidir qual dos dois professores tem razão? Podemos dizer que ambos, pois os juízos de valor de ambos são diferentes, o que temos aqui é a opinião particular, e toda crítica literária ou não tem em sua base a opinião do indivíduo que a produziu. O que torna uma crítica validada em detrimento de outra é, em parte, a quantidade de pessoas que concordam com ela, o poder de convencimento da própria crítica e as instâncias de prestígio que concordam com ela. Nem sempre reconhecidos escritores e críticos tem sua crítica validada pela sociedade e pelas instancias de legitimação, e para demonstrar isso, a autora nos apresenta uma coletânea das piores e mais ácidas críticas já feitas por homens de letras, reunidas e publicadas por Bill Henderson e André Bernard em 1998. A partir deste livro é possível ver como os juízos de valor são pessoais e baseados na visão de mundo e da sociedade a qual o autor está inserido, e de como eles podem estar equivocados em relação a outras visões e julgamentos. Portanto, podemos fazer seguinte observação: a crítica literária é importante, mas ela não deve ser tomada “*ipsis litteris*” como eixo condutor das nossas leituras. Pois conforme Abreu “os

critérios de avaliação do que é boa e má literatura, e até mesmo de que gêneros são considerados literários, mudam com o tempo. Não há uma literariedade intrínseca aos textos nem critérios de avaliação atemporais.” Assim não podemos ver a crítica como palavra divina incontestável, ela muda como mudam os homens e a sociedade. A autora apresenta alguns médicos do século XVIII que afirmavam que ler fazia mal a saúde, listando inclusive diversos males provenientes do ato de ler. Ainda bem que hoje não se pensa mais assim! O mesmo aconteceu com gêneros como o romance que era visto como perigoso para a leitora, pois a incentivaria ao adultério.

Concluindo, Abreu reforça o conceito de literariedade que apresenta, e de como ele está ligado intimamente às sociedades e aos grupos de prestígio. A autora também situa a escola nesse contexto,

“a escola tende a aproximar-se da opinião dos intelectuais e esquecer – ou pior, estigmatizar – o gosto das pessoas comuns. Tomando o gosto e o modo de ler da elite intelectual como padrão de apreciação estética e de leitura excluem-se, das preocupações escolares, objetos e formas de ler distintos, embora majoritários”⁴

Por isso é necessário deixar claro que o papel da escola é o de alfabetização e de “culturização” do indivíduo, permitindo o conhecimento e o acesso a culturas diferentes daquela em que o aluno se insere, o que inclui a literatura. O que em nenhum momento deve significar a imposição de valores culturais.

É imperioso que o leitor tenha autonomia para eleger os seus cânones e possa escolher pelo menos parte dos livros que lê. Não estou querendo dizer que devemos abolir as listas dos melhores livros e autores, nem que a escola deve deixar inteiramente livre a escolha de leitura dos alunos, mas deve-se incentivar também a leitura com a qual o leitor se identifique mais, para que ele possa se tornar um bom leitor e não tenha o estigma embutido de que é um péssimo leitor, de que não leu metade dos livros que toda pessoa culta “deveria” ter lido. Esse papel, de mediar e apresentar a literatura em traumas é da escola, por isso deve-se levar debates como os apresentados no livro em questão para a formação dos professores, mediadores diretos entre a obra e o aluno. Para que em vez de afastar,

seja possível criar leitores capazes de ler e de apreciar desde Quadrinhos e Best Sellers até os Clássicos Universais.

Referências:

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. Companhia das letras, 1993.

PAES, José Paulo. A aventura literária, ensaios sobre ficção e ficções. Companhia das letras, 1990.